



Anais da Assembléia

Nº 137

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 1.978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)
REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 1.978
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Havendo número legal, declaro aberta a presente sessão, que inicia o Período de Sessões Extraordinárias, convocadas pelo Sr. Governador do Estado, Sr. Jayme Canet Júnior, que irá de 6 de dezembro de 1978 a 5 de janeiro de 1.979.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Telex:

Nos seguintes termos: CUMPRENOS COMUNICAR VOSSÊNCIA INAMPS PROMOVEU ARBITRARIAMENTE SEM QUALQUER AVISO PREVIO DESCONTO INTEGRAL QUANTIAS ADIANTADAS HOSPITAIS MANUTENÇÃO FLUXO CAIXA PT TAIS ADIANTAMENTOS MAL NOMINADOS REPRESENTAM REALIDADE CREDITOS HOSPITAIS CONTRA INSTITUTO PT FORAM CONCEDIDOS VIRTUDE NOTORIO ATRASO INAMPS PAGAMENTO FATURAS HOSPITALARES ET RECLAMAÇÕES DIFERENÇAS PAGAMENTO PT MEDIDA ORA IMPLEMENTADA ACARRETARAH GRAVISSIMAS CONSEQUENCIAS HOSPITAIS NÃO PODERÃO HONRAR COMPROMISSOS FINANCEIROS AGRAVADOS NOVEMBRO DEZEMBRO INCLUSIVE PAGAMENTO ET DECIMO TERCEIRO SALARIO PT MAIS GRAVE AINDA DISCRIMINAÇÃO SOFRIDA HOSPITAIS PARANAH VEZ QUE OUTROS ESTADOS RIO VG MINAS VG: SÃO PAULO VG RGS FORAM DESCONTADOS APENAS VINTE POR CENTO PT ENCARECEMOS APOIO GESTÃO VOSSÊNCIA JUNTO AUTORIDADES INAMPS ESTADOS FEDERAÇÃO PT ATENCIOSAS SAUDAÇÕES RACHED SALIBA SMAKA PRESIDENTE EXERCICIO ASSOCIAÇÃO HOSPITAIS PARANAH.— Ao conhecimento da Casa.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 194/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PRESBITERIANA BENEFICENTE DE GUARAPUAVA, com sede e foro na referida cidade.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de dezembro de 1978.

(a) Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, foi constituída, idealisticamente, por respeitáveis membros da comunidade guarapuavana.

Seus louváveis objetivos se projetam, nesta época de avanço do amor próprio entre os componentes da sociedade.

A aprovação do presente plano de lei, se constitui em oportuna medida de reconhecimento aos que se dispõem à ação no propósito de servir.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, a Presidência consulta à liderança da ARENA se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado. (Declina).

Consulta à liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja usar o espaço que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos recebendo informações de muitas pessoas que nos procuram e telefonam a respeito de matrículas em escolas de primeiro grau do Estado. A situação se está configurando como grave.

Contra as Constituições Federal e Estadual, muitas escolas de primeiro grau, aqui em Curitiba, estão recusando matrículas de crianças de 7 (sete) anos de idade, sob o pretexto que passarei a referir.

A primeira exigência que está sendo feita é a de que a criança deva ter o pré-primário. A segunda é de ter "certa habitação" para o ingresso.

Fomos tomados a princípio, de espanto por essas informações. Agora, já é a ira que sobrevém. Ira, contra o absurdo e a ilegalidade.

Neste assunto, entretanto, decidimos assumir primeiro a atitude de advertência, para depois tomar outras providências, juntamente com meu partido.

O número de reclamações e ponderações apreensivas dos pais de crianças em idade escolar e os locais onde ocorrem esses abusos, nos levam a pensar que alguma autoridade — não sei se capaz e autorizada pelo governo — distribuiu instruções para economizar matrículas nas escolas de Curitiba: não sei o teor dessas instruções, nem a forma como recomendou o procedimento de diretores de escolas e encarregados de matrículas. Mas estou acreditando que, ferindo a Constituição, estão ocorrendo abusos que necessitam urgente reparo.

Nesta abordagem inicial, tratarei de dois ângulos do problema e que, acredito, deverão situar nossa posição sobre a ocorrência.

Em primeiro lugar, a função precípua do primeiro ano do primeiro grau é a de aceitar a criança, com certa idade e sob as condições psicossomáticas normais, para oferecer-lhe o início de sua aprendizagem no sistema de educação pública.

Somente quando todas as escolas públicas e particulares tiverem um pré-primário acessível e obrigatório essa exigência inicial se deslocará para a nova classe.

Essa introdução implica em que, ali, serão ministrados os primeiros ensinamentos de condutas e ajustamento a objetivos como de linguagem em geral, escrita em particular, números em geral e cálculos em particular, e outras matérias e disciplinas.

Nenhum critério seletivo, fora do que é prescrito em lei, poderá ser aplicado, a qualquer título. Nem mesmo o de estar a criança já cursando um pré-primário da própria escola, uma vez que ele não está previsto na legislação e não pode derrogar necessidades constitucionalizadas de outras crianças em idade específica e moradoras das vizinhanças.

A responsabilidade pela aplicação de critérios ilegais e abusos à legislação vigente é da autoridade maior, mas atinge também e inicialmente aos diretores de estabelecimentos de ensino.

Este é o ângulo do direito e da lei.

Do ponto-de-vista dos funcionários encarregados desse tipo de seleção, desejamos fazer uma advertência: Nós que sempre apoiamos e continuaremos apoiando a causa dos professores e funcionários do Sistema de Ensino, não aceitamos que professores, mandados ou por conta-própria, se prestem a esse papel condenável de triagem de classe, de discriminação de classe social. O assunto já não é novo, mas as escolas públicas têm muitos casos de crianças pobres de escolarização em favor de manobras escusas como essas de pré-primário, funcionando como porta de privilegiados a fim de ludibriar a legislação; e também de crianças vizinhas às escolas perderam vaga, a fim de atender as relações pessoais de pais e professores, ou de preferências de local para moradores de outras áreas que são privilegiados em escala social.

Por trás dessas ocorrências, há duas tristes condições: os exemplos que vêm de cima na burla à legislação e na manipulação do serviço público como causa particular dos dirigentes e participantes desses serviços; e a situação muito grave da educação em nosso Estado, onde o número de escolas se constitui em objeto eleitoral, mas os governantes tentam escamotear o problema com medidas inconstitucionais, e do que são vítimas os mais pobres, os trabalhadores despossuídos de nossa sociedade.

Termino essa advertência, afirmando que estamos colhendo informações, recebendo todas as denúncias, para dar apoio aos direitos que estão sendo feridos. Tomaremos medidas neste final de ano e no ano que vem. Que a autoridade receba essa advertência como um ultimato para assumir sua responsabilidade.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs: 81, 99, 102, 113, 129, 130, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180,

181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 234, 235, 236, 237 e 238/78.

Marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 8, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs: 46, 58, 65, 66, 78, 92, 93, 96, 101, 103, 104, 108 e 117/78.

Levanta-se a sessão.

Portarias:

PORTARIA N.º 408/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10970, de 16 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportunas, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, ao funcionário SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL, matrícula n.º 484, ocupante do cargo de nível PL“30”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 409/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11075, de 20 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a pedido, a Portaria n.º 420/78, de 07 de julho de 1976, que autorizou MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Trajano Bastos, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 21 de novembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 414/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11279, de 23 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar, o funcionário JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, matrícula n.º 524, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de dezembro de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 415/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11276, de 23 de novembro

de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar, o funcionário JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, matrícula n.º 265, ocupante do cargo de nível PL“28”, da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 416/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11277, de 23 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a pedido, a Portaria n.º 227/77, de 11 de abril de 1977, que autorizou PAULO DO CANTO PACHECO, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete da 2.ª Secretaria, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 417/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11482, de 29 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, ao funcionário JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula n.º 349, ocupante do cargo de nível PL“22”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 418/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11532, de 30 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — designar a funcionária ZENAIDE SILVA FILPO, matrícula n.º 410, ocupante do cargo de nível PL“20”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança do Movimento Democrático Brasileiro — MDB, a partir de 1.º de dezembro.

II — revogar, a pedido, a Portaria n.º 233/77, de 11 de abril de 1977, na parte que se refere à citada funcionária, que autorizou a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Departamento Administrativo, a partir de 1.º de dezembro.

III — autorizar, a mencionada funcionária, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, na Liderança do

Movimento Democrático Brasileiro — MDB, a partir de 1.º de dezembro do corrente.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 419/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11387, de 27 de novembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, à funcionária CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA, matrícula n.º 261, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 420/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11614, de 04 de dezembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

retificar, a Portaria n.º 134/77, de 25 de março de 1977, que concedeu férias à funcionária MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula n.º 222, ocupante do cargo de nível PL“18”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que as férias concedidas são referentes a 1977 e não como constou daquele ato.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de dezembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

Decretos Legislativos:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 564/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10189, de 19 de outubro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, ao funcionário ACIR TEIXEIRA, matrícula n.º 108, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 10 de novembro de 1974 e 10 de setembro de 1978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias de 1974, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 29 de novembro de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 565/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-

ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10476, de 26 de outubro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP, matrícula n.º 049, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1976 e 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de novembro de 1978

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 566/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10426, de 25 de outubro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

I – conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de ALAIDE MARIA LOFFHAGEN LUZ, matrícula n.º 188, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 07 de novembro de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%); e,

II – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da citada Lei n.º 6174, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1977, que deixou de gozar. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de novembro de 1978

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 567/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10176, de 18 de outubro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, à funcionária HILZA DOS SANTOS LOPES, matrícula n.º 200, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1973 e 07 de setembro de 1977, antecipado em razão das férias de 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de novembro de 1978

IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário